

PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA: A FORMAÇÃO DOS MEDIADORES DA LEITURA LITERÁRIA EM EVIDÊNCIA¹

Elizangela Tiago da Maia²

Flávia Paula Nogueira Aranda³

RESUMO

Professores são fundamentais na formação do leitor literário, desde que desenvolvam atividades significativas que aproximem o estudante do livro. Nos últimos anos no Brasil, alunos das escolas públicas municipais, estaduais, federais e do Distrito Federal têm o contato com acervos de títulos de diversos gêneros literários, por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, uma política nacional de leitura vigente no País desde 1997. No entanto, o baixo índice de leitura no País continua sendo notadamente uma preocupação como comprovam diversas pesquisas, que também apontam para a necessidade de formação continuada aos professores para atuarem como mediadores da leitura. Assim, nesta pesquisa destaca-se a importância do Programa e a necessidade da implantação de uma política pública nacional que forme mediadores de leitura, pois os acervos de obras literárias distribuídos, por meio das compras governamentais, muitas vezes, não chegam às mãos dos estudantes.

Palavras - chave: PNBE. Mediadores da leitura literária. Política de formação.

No Brasil, a última iniciativa de incentivo a leitura se deu a partir de 1997, em um momento de grande importância ao ampliar o acesso ao livro e fomentar práticas de leitura dos estudantes, por meio de um Programa que distribuiu acervos às unidades educacionais. O Programa Nacional Biblioteca da Escola é o maior incentivo à leitura implantado em nosso país. Com efeito, de 1998 a 2014, foi oportunizado a milhões de alunos de escolas públicas municipais, estaduais, federais e do Distrito Federal, o contato com acervos de títulos de diversos gêneros literários, como contos, crônicas, romances, poemas e histórias em quadrinhos, possibilitando a democratização do acesso às obras literárias. Além da literatura, o Programa ainda disponibilizou livros de pesquisa, de referência e de apoio à atualização do professor, bem como de outros materiais de suporte à prática educativa, ao compor acervos específicos destinados aos educadores, com o intuito de incentivar a leitura e a propagação do conhecimento entre alunos, professores e de toda a comunidade escolar.

¹ Parte do trabalho foi resultado da dissertação de mestrado intitulada “Mediadores e Práticas de Leitura Literária: um estudo do acervo PNBE 2011”, defendida no mês de maio/2014, sob a orientação da Professora Doutora Célia Regina Delácio Fernandes, na Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD

² Mestre em Letras/Literatura. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

³ Mestre em Educação. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

O mencionado Programa tem como fundamento legal o artigo 208 da Constituição Federal, que garante o direito do educando ao material de apoio didático e as determinações de universalização do acesso e à melhoria da qualidade da educação básica, respaldado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e regulamentado por meio de documentação oficial, como portaria, resolução, edital.

O envio das coleções atendeu o critério do atendimento das etapas da educação básica de forma alternada, beneficiando crianças da educação infantil, alunos do ensino fundamental e médio, o envio de livros aos professores, ambos por meio da criação e ampliação dos acervos das bibliotecas e, ainda, livros destinados diretamente aos alunos, para serem levados para casa, oportunizando a leitura no meio familiar.

Destacamos, assim, a importância do Programa que, ao distribuir livros anualmente, gerou um grande fluxo de obras que circulam (ou deveriam circular) nos espaços educacionais, garantindo a difusão da leitura. Sua abrangência se deu em âmbito nacional, com um inegável esforço para se consolidar como uma política de estado.

No entanto, mesmo com uma diversidade de obras qualitativas nas instituições e a implementação de um Programa tão significativo como o PNBE, que deve promover o acesso a uma diversidade de obras e à leitura, ainda se verifica na atualidade a precariedade do domínio de escrita e de leitura em grande parcela da população por meio de pesquisas e indicadores, que também demonstram o reduzido número de leitores no país, que compromete a inserção do cidadão na sociedade letrada, seu posicionamento crítico perante a realidade social e o exercício da cidadania.

Por essa ótica, somente a política de distribuição de acervos, por meio do Programa vigente, tem pouco contribuído para a superação do *déficit* de leitura dos brasileiros e a democratização do acesso ao livro, demonstrando ser insuficiente. Justifica-se, assim, o estudo do Programa, que envia anualmente livros para serem disponibilizados nas estantes das bibliotecas dos espaços educacionais públicos. Apesar de existirem critérios de escolha dos livros, é necessário haver análises e reflexões, para também verificar quais as causas do baixo rendimento na leitura e o possível afastamento do leitor da leitura literária.

A metodologia de trabalho versa para o estudo bibliográfico e levantamento documental, valendo-se das contribuições de pesquisadores que têm desenvolvido estudos importantes na área pesquisada; na verificação das disposições contidas em leis, teses, dissertações e outros documentos relevantes; conta ainda com o estudo do objeto do PNBE e as avaliações sobre o Programa tendo os mediadores do livro em evidência.

Dessa forma, após uma breve análise do produto do Programa, a proposta de discussão sobre a constituição de acervos de literatura para as bibliotecas públicas escolares deve ser para além do envio de livros, foco de ação do PNBE, pois como já foi afirmado, somente essa política, não tem contribuído efetivamente com avanços na leitura e no processo de construção dos alunos enquanto leitores, no sentido da formação política e da cidadania, que é algo insubstituível e que defendemos.

A nosso ver, se existe uma política de leitura educacional, que denega somente a distribuição de livros, com o discurso que todos os estudantes têm o mesmo direito ao acesso, é fechar os olhos para a realidade social e cultural dos estudantes das escolas públicas brasileiras e para o precário sistema educacional existente.

Nesse ponto, destaca-se que é imprescindível uma articulação entre acervos e mediadores do livro, também objetivando suscitar o debate sobre a necessidade da ampliação da linha de ação do Programa ao promover de forma contínua, formação continuada aos educadores.

Tal demanda também pode ser comprovada por meio de avaliações já realizadas, nas quais foi constatado que o *déficit* de leitura continua sendo notadamente uma preocupação, enquanto que os benefícios e objetivos pretendidos do PNBE não estão sendo alcançados. Ou seja, se estabelecermos uma relação entre a política e seus efeitos sobre a população-alvo, não tem demonstrado alterações nas condições sociais da população, principalmente mais carente economicamente.

Um dos estudos realizados acerca do PNBE ocorreu no ano de 2008, no qual buscou observar se os problemas constatados em 2002 ainda persistiam. Sob o título “Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) – uma avaliação diagnóstica”, o estudo obteve dados por meio de pesquisa de campo e as informações foram apresentadas mediante



amostragem. Dentre as conclusões sobre o Programa, de que raramente a utilização das obras era adequada, ou seja, nesse período, os professores não estavam capacitados para iniciar os alunos no prazer da leitura de livros, deixando a desejar o trabalho com a leitura literária ou não fazendo a mediação das obras que integraram as diferentes coleções.

A falta de profissionais com conhecimento na área da leitura e Literatura (professores e bibliotecários) repercute no trabalho com os acervos distribuídos pelo governo federal. Isso tem se destacado nas avaliações, ou seja, chegou-se ao resultado de que os educadores não estavam preparados para atuarem como mediadores de leitura. A divulgação do Programa é outro ponto levantado, pois segundo os estudos havia baixo nível de conhecimento inclusive de diretores e professores, indicando sua não utilização efetiva. Por fim, a falta de espaço adequado para a guarda e utilização dos acervos, que tendem a comprometer a qualidade do trabalho pedagógico a ser realizado.

Com efeito, o desenvolvimento de um trabalho significativo e atrativo de iniciação à leitura, em especial a literária, não é uma tarefa tão simples, pois exige a preparação do mediador, inclusive para o reconhecimento das possibilidades de trabalho com as obras literárias e do potencial do material disponibilizado, atualmente, nas bibliotecas existentes e nas salas de aula.

Diante disso, podemos afirmar que após 16 (dezesesseis) anos, desde a primeira pesquisa sobre os resultados do Programa, apontarem para a formação dos profissionais como a principal dificuldade a ser superada para o sucesso dos mesmos e, conseqüentemente, para a promoção da leitura, na atualidade, ela persiste ainda sem solução. Isso se deve à ausência de ações efetivas para a superação da problemática, o que emperrou a consolidação do Programa, apesar de o discurso governamental, por meio do MEC, divulgar como sendo um dos objetivos do Programa a difusão da leitura. Nesse sentido, seria minimamente racional que os resultados de aferição do sucesso do PNBE fossem levados em conta para próximas reformulações, dando enfoque a formação de mediadores da leitura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, Antônio. O direito à Literatura. In: *Vários Escritos*. 4. ed. reorganizada pelo autor. São Paulo; Rio de Janeiro: Duas Cidades / Ouro sobre Azul, 2004. p. 1-10.



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

CHARTIER, Roger. “Leitura e leitores ‘populares’ da Renascença ao Período Clássico”. In. Cavallo, Guglielmo & Chartier, Roger (Org.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999. v. 2.

DEMO, Pedro. A política educacional no contexto das políticas públicas no Brasil. In: Políticas Públicas & Educação. Brasília:INEP; São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Campinas:UNICAMP, 1987, p. 73-76.

FERNANDES, Célia Regina Delácio. *Leitura, literatura infanto-juvenil e educação*. Londrina: EDUEL, 2007.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. 11. ed. São Paulo: Global, 2003.



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>